



ALBERTO FRIAS

“A situação desesperada da época em que vivemos enche-me de esperança” (Karl Marx, carta a Arnold Ruge, 1943)

A situação com que estamos a ser confrontados, no plano político, não tem nada de novo, mas ganhou uma evidência inesperada: está em curso uma guerra civil (uma guerra em que os exércitos foram substituídos por dispositivos económicos) e, para os fins dessa guerra, está instaurado o estado de exceção. É no contexto desta guerra civil em curso que tem de ser entendido o discurs-

so do passado dia 7, do primeiro-ministro.

A ideia de que vivemos num estado de exceção e de que ele se tornou o paradigma dominante dos procedimentos e técnicas governamentais foi desenvolvida por um dos filósofos contemporâneos mais influentes no pensamento político atual, o italiano Giorgio Agamben, num livro publicado em 2003 que se intitulava precisamente “Stato di eccezione” (tradução portuguesa nas Edições 70). Agamben parte da tentativa mais rigorosa de construir uma teoria do estado de exceção, já nos anos 20 do século passado, pelo jurista e filósofo político Carl Schmitt (jurista do III Reich, mas que acabou por ter uma importante receção no pensamento político, mesmo em áreas da esquerda). Foi, aliás, numa referência implícita a Schmitt que Walter Benjamin escreveu na sua oitava tese do conceito de história, em

1939, esta afirmação lapidar: “A tradição dos oprimidos ensina-nos que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é a regra.” Ora, o que Agamben fez foi generalizar e radicalizar o conceito do estado de exceção, transpondo-o do contexto histórico em que ele foi teoricamente tematizado (não devemos esquecer que o 3º Reich pode ser considerado, do ponto de vista jurídico, um estado de exceção que durou 12 anos) para as práticas atuais de governação que faz dele, afirma Agamben, o “paradigma dominante de governo”, na política contemporânea. E, indo buscar a Hannah Arendt, a um livro de 1961 sobre a revolução, a noção de “guerra civil mundial” (segundo a qual todas as guerras se tornaram guerras civis), Agamben mostra que aquilo a que continuamos a chamar democracia corresponde à instauração de uma guerra civil permanente por meios emi-

A GUERRA CIVIL EM CURSO

Vivemos num estado de exceção não declarado
que tornou evidente que a substância
da democracia está completamente esvaziada

Texto António Guerreiro

entemente económicos, já que a racionalidade governamental se passou a confundir inteiramente com uma racionalidade económica, eclipsando a política e introduzindo uma nova forma de violência que é cada vez mais patente.

O discurso de Passos Coelho foi considerado de-sastrado e até chocante porque entrou sem dissimulações na lógica da guerra civil e do estado de exceção, obrigando até os mais leigos a perceberem que o poder político, nos momentos em que está submetido a uma maior pressão, revela quase com candura uma verdade que pode ser traduzida neste termos: o de que todos os seus cálculos e práticas de governação têm pela frente um corpo social dócil e imbecil, onde todos os conceitos e figuras da política clássica perderem o seu sentido: Estado, sociedade civil, cidadão, representação, tudo isto é esvaziado e

a própria 'democracia' não passa de um significante substancialmente vazio.

O arquiteto Siza Vieira disse há poucos dias, por ocasião da entrega de um prémio internacional, que tinha a impressão de ter sido instaurada uma nova ditadura no seu país. Como impressão, a afirmação encontra justificação plausível. Mas, em termos rigorosos, não se trata de uma ditadura, mas de um estado de exceção, isto é, a entrada numa zona de anomia que é um espaço vazio de direito. Para que ganhe forma legal o que não pode ter forma legal, suspende-se o ordenamento jurídico. De maneira informal, é o que está a acontecer em Portugal, e é aquilo a que Siza Vieira chama ditadura. A reação do governo à declaração de inconstitucionalidade de algumas medidas legislativas, que deu origem a um confronto hostil com o Tribunal Constitucional, mostra

bem que, nas suas práticas, o governo tende a situar-se num espaço em que não há um fora da lei e em que a guerra civil legal instaurada pelo estado de exceção não declarado pode abolir a distinção entre poder legislativo, executivo e judicial.

O domínio esmagador da economia e do governo que lhe corresponde esmagou completamente a figura mais importante da "polis" democrática: a soberania popular. A magia negra da economia faz com que a 'crise' venha necessariamente acompanhar de uma injunção que podia ser traduzida por umas célebres palavras de Frederico II: "Podem pensar tanto quanto quiserem e sobre tudo o que quiserem, mas obedçam!" Ora, como mostra Agamben em escritos mais recentes, 'crise' e 'economia' deixaram hoje de ser usados como conceitos e passaram a ser palavra de ordem que servem para impor e

induzir a aceitação de medidas e restrições. Na verdade, a 'crise' dura há décadas e, de certo modo, não é senão o modo normal como funciona o capitalismo. A crise sempre foi o modo como o capitalismo recuperou e restaurou a ordem económica, desembaraçando-se da resistência social e política que foi amadurecendo durante a fase do ciclo em que houve acumulação.

Quando a máquina governamental inventa esse novo dispositivo que consiste em taxar os trabalhadores a favor dos que potencialmente oferecem trabalho, o que há aqui de novo é apenas a ausência de máscaras, o desnudamento despidorado, porque naquilo que o dispositivo tem de essencial não há novidades (de resto, a "novilíngua" da nova teologia económica que substituiu os "trabalhadores" por "colaboradores" é, a este respeito, bastante eloquente). Ele corresponde a uma nova fase a que temos vindo a assistir e que já nem pode ser explicada por uma racionalidade neoliberal, que se tornou uma etiqueta *passé-partout*. Trata-se de uma espécie de comunismo do capital, em que o Estado e a comunidade satisfazem as necessidades dos "soviets financeiros" (como já foram chamados): bancos, seguradoras, grandes empresas. Assistimos assim à situação paradoxal que consiste na abolição da sociedade salarial, mas agravando as relações de dominação que ela implica, na sua definição clássica. Entre o indivíduo completamente atomizado e o mercado do emprego já não existem ecrãs de proteção, que têm vindo a ser completamente destruídos. Nada impede assim o regresso a formas de produção pós-fordistas que tornam impossível qualquer identificação do indivíduo com a sua função social.

Por outro lado, esta máquina governamental que lançou um ataque frontal aos próprios fundamentos da democracia e desviou sem subterfúgios os seus princípios, como se fosse o mais evidente dos imperativos (o "do a quem doer" é a formulação crua desse imperativo), mostra que o Estado deixou de ser a encarnação da soberania do povo para

Temos assistido à instauração de uma espécie de comunismo do capital, em que o Estado e a comunidade satisfazem as necessidades dos "soviets financeiros"

se tornar um sistema que segue a lógica dos negócios ou, até, trata deles. Os princípios democráticos são assim substituídos pelos princípios dos negócios em toda a vida política e social.

A célebre exortação de um membro do governo atual a que os portugueses usem sair da "zona de conforto" consagra a grande utopia do capitalismo na sua fase atual — uma utopia em fase de realização — que é a de uma sociedade em que a totalidade da mais-valia seria proveniente do fenómeno do 'desenrasca-te' generalizado (isto é, "desinstala-te de ti próprio e põe-te a caminho, sem garantias"). Sair da zona de conforto é a nova figura da "Mobilização Total" que desde 1914 já conheceu algumas formas, algumas delas sinistras, como sabemos.

É neste contexto que se vai desenhando aquilo a que alguém chamou uma "marginalidade de massa", em que "a exclusão não é, como se poderia pensar, uma desclassificação conjuntural de uma certa fração da população, mas a relação fundamental que cada um mantém com a sua própria participação na vida social, e antes de mais a do produtor com a sua própria produção" ("Théorie du Bloom", éditions La Fabrique, 2004). Deste modo, o desemprego não é senão a conceção visível da relação de estranheza a que o indivíduo está condenado, neste mundo caracterizado por uma nova forma de violência. O discurso deste poder, uma técnica governamental que instalou o estado de exceção sobre as ruínas de um Estado de direito, não é um discurso ditatorial, tirânico. Pelo contrário, é um discurso benevolente e cheio de solicitude.

Quando ouvimos os discursos do primeiro-ministro e do ministro das Finanças que incendiaram o país, percebemos esta coisa dolorosa, que já sabemos muito bem, mas que se torna obscena quando explicitada tão às claras: que a nossa margem de liberdade é mínima, que somos controlados por dispositivos até aos mínimos detalhes, que entramos numa contabilidade diabólica e não somos mais do que corpos inertes atravessados por poderosos processos de dessubjetivação, isto é, que nos subtraem à condição de sujeitos. Usamos aqui a palavra "dispositivo", no sentido que ela tem em Foucault. O dispositivo é, acima de tudo, um mecanismo que produz subjetivação. É através de um dispositivo que a máquina governamental produz o contribuinte fiscal em vez do cidadão. Não é que os cidadãos não tenham sido sempre (a não ser através de algum método fraudulento) contribuintes. Mas nunca como agora tinha sido posto em ação o dispositivo que faz da nossa condição de contribuintes uma forma de sujeição (que é também o que significa subjetivação). E isso não depende apenas do facto de pagarmos cada vez mais impostos, depende também do discurso em torno deles, do modo como são 'impostos', da percepção da justiça (e a justiça, aqui, é sempre relativa, depende sempre do modo como uma classe de contribuintes sente que é tratada em relação às demais), da razoabilidade deles e dos fins a que se destinam. Quando a percepção dessa necessária justiça desaparece, o dispositivo deixa de funcionar e torna-se um puro exercício de violência. ▴

aguerreiro@expresso.impresa.pt